

A REVOLUÇÃO CUBANA E O PERFIL IDEOLÓGICO DO MOVIMENTO 26 DE JULHO

THE CUBAN REVOLUTION AND THE IDEOLOGICAL PROFILE OF THE JULY 26 MOVEMENT

Rafael Saddi

Universidade Federal de Goiás, Brasil.

Resumo

O presente artigo pretende analisar o perfil ideológico da principal organização insurrecional cubana na luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista, o Movimento 26 de Julho. Queremos analisar a diversidade ideológica inerente a este movimento e algumas de suas consequências para a Revolução Cubana após a tomada do poder.

Palavras-Chave: Cuba; Movimento 26 de Julho; Ideologia; Resistência.

Abstract

This article intends to analyze the ideological profile of the main Cuban insurrectional organization in the struggle against the dictatorship of Fulgencio Batista, the 26th of July Movement. We want to analyze the ideological diversity inherent in this movement and some of its consequences for the Cuban Revolution after the seizure of power.

Keywords: Cuba; 26th of July Movement; Ideology; Resistance.

Resumen

El presente artículo pretende analizar el perfil ideológico de la principal organización insurreccional cubana en la lucha contra la dictadura de Fulgencio Batista, el Movimiento 26 de Julio. Queremos analizar la diversidad ideológica inherente a este movimiento y algunas de sus consecuencias para la Revolución Cubana tras la toma del poder.

Palabras-Clave: Cuba; Movimiento 26 de Julio; Ideología; Resistencia.

O Movimento 26 de Julho (M-26J) foi fundado oficialmente em 1955. O seu núcleo inicial havia sido formado, entretanto, desde 1952, como uma das primeiras reações ao golpe de Fulgêncio Batista.

A grande força simbólica do movimento e de seus líderes foi justamente impulsionada pela grande disposição de ação dos seus membros. O ataque ao Quartel de Moncada, em 26 de Julho de 1953 (evento que daria o nome ao Movimento), embora fracassado do ponto de vista militar, tornou os líderes deste movimento, e especialmente Fidel Castro, grandes referências populares na luta contra a ditadura de Batista.

A partir de 1956, o M-26J iniciaria a luta na Sierra Maestra, formando ali o Exército Rebelde, e conformando esta luta no campo com uma grande rede clandestina de militância nas cidades.

Os embates entre os militantes da *Sierra* e do *Llano* foram intensos, e expressavam tanto diferenças ideológicas, quanto divergências com relação às táticas do movimento.

Em geral, o pequeno grupo de comunistas do M26J, como eles eram chamados internamente, se encontrava entre os comandantes do Exército Rebelde na *Sierra*. A direção nacional do Movimento, atuante no *Llano*, contava com um forte grupo socialista humanista, que criticava radicalmente tanto o imperialismo yanque quanto o imperialismo russo.

Para além desta divisão ideológica, no *Llano* prevalecia a tese de que a revolução seria definida não pela ação armada, mas por uma greve geral dos trabalhadores. Na *Sierra*, passava-se a defender, tão logo alcançaram grandes êxitos, que o núcleo central da revolução era o Exército Rebelde e que todas as forças do M-26J deveriam existir somente para servi-la. O slogan “*Todas as armas para a Serra*” expressava justamente esse ponto de vista de que a Revolução Cubana desceria da *Sierra* para as cidades.

Em 1958, por um conjunto de motivos, a Direção Nacional do Movimento 26 de Julho estava já submetida ao comando do Exército Rebelde. A luta no *Llano* se submetia à luta na *Sierra*. O M-26J, como um todo, respondia agora quase integralmente às decisões gerais do Comandante em Chefe do Exército Rebelde, Fidel Castro.

O presente artigo estuda o perfil do Movimento 26 de Julho (M26J). Mais especificamente, pretende mostrar que este movimento não era uma organização de nível ideológico, mas de nível militar, voltado para a ação e sem a pretensão e a capacidade de constituição de um programa revolucionário profundo e coeso.

Por organização de nível ideológico, chamamos toda e qualquer organização cujos

membros se unem a ela por uma concordância com uma ideologia ou com um programa político-ideológico.

Por organização de nível militar, chamamos toda e qualquer organização cuja unidade está dada não pelo programa, mas pela necessidade de se pegar em armas para o enfrentamento.

Dizer que o M-26J era uma organização de nível militar não significa afirmar que não existiam elementos ideológicos no interior do movimento. Mesmo um grupo cuja unidade se dá pela necessidade de pegar em armas, precisa de alguma justificativa ideológica para esta necessidade.

Três elementos nos parecem importantes para compreendermos o perfil ideológico do M26-J: a existência de uma diversidade ideológica no interior deste movimento, a inexistência de um programa ideológico profundo e coeso, e a redução das linhas gerais do movimento a uma concepção nacional, democrática e reformista.

Deste modo, entendemos que o M26J não surgiu para fazer a revolução, mas para derrubar Fulgêncio Batista, tendo sido, nesta tarefa, um instrumento extremamente eficaz. Para fazer a revolução, entretanto, um organismo como este se tornava inoperante.

Primeiro, porque ele estava limitado a um projeto, no máximo, reformista, mas não revolucionário. Segundo, porque a ausência de um programa político deixava um vazio que precisava ser ocupado. Ao tomar o poder, não bastava mais ter que elaborar um programa, era preciso já implementá-lo. Sem um programa coletivo e ainda sendo um movimento organizado de modo hierárquico, a iniciativa fugia ao controle do movimento e da massa de seus membros. Terceiro, porque a diversidade ideológica presente no movimento geraria, após a tomada de poder e a implementação de determinadas medidas, a divisão completa entre os seus quadros, separados em diferenças inconciliáveis sobre quais rumos a revolução deveria tomar. O resultado não foi nada menos do que uma Revolução que devorou grande parte dos seus próprios criadores.

A luta insurrecional e o perfil ideológico do M26J

Qual era o caráter ideológico da luta revolucionária em Cuba? Onde queriam chegar os rebeldes cubanos quando derrubassem o governo de Batista? Os diferentes grupos insurrecionais que enfrentaram a ditadura nos anos 50 professavam que tipo de concepção ideológica?

Estas questões foram feitas repetidamente e respondidas diferentemente pelos diversos analistas da revolução cubana. Para Okunieva (1988), por exemplo, a vanguarda revolucionária era comunista. Para Mathews (1961), a vanguarda revolucionária era nacionalista democrática

e anticomunista.

A diversidade de respostas talvez esteja ligada à própria diversidade ideológica que marcava os novos grupos revolucionários cubanos. O PSP (Partido Socialista Popular) era stalinista, o POR (Partido Obrero Revolucionario) era trotskista, a ALC (Alianza Libertaria Cubana) era anarquista. Mas, qual era o caráter ideológico do M26J?

A questão ideológica neste movimento não chegou a ser claramente estabelecida. Não havia uma concepção amarrada, sistemática, homogênea, delimitada, como um programa ideológico do movimento.

Uma circular interna do Movimento 26 de Julho, lançada no final de 1957, quatro anos depois da formação do seu grupo inicial, nos parece esclarecedora desta questão. Uma pergunta era colocada ao militante do Movimento:

Todo militante del 26 de Julio se ve hoy precisado a contestar la siguiente pregunta: ¿Qué persigue el movimiento? Hace dos años la cosa quedaba reducida a un grupo numeroso de cubanos; pero ya se ha hecho una cuestión nacional. Incluso internacionalmente se han hecho esta pregunta no pocos comentaristas de la situación cubana (HART DÁVALOS, 2004, p. 207).

Se estava claro que o movimento queria a derrubada de Batista, não era tão claro o que queria depois que isso fosse alcançado. Como esta circular interna questiona: “¿Ya que aspira esa organización revolucionaria que es el 26 de Julio tras la caída del tirano?” (idem, p. 208). Buscando dar uma resposta, o documento apresenta apenas questões amplas e vagas.

A poner al pueblo cubano en acción tras un programa de saneamiento político, reivindicaciones económicas y justicia social que hagan posible la democracia. A crear del pueblo cubano una fuerza organizada y disciplinada, capaz de asegurarse él mismo sus derechos y su democracia. En fin, a consolidar el instrumento revolucionario de la nación cubana, que es y aspira seguir siendo el movimiento (idem, p. 208-209).

Há aqui claramente uma incerteza ideológica, uma falta de clareza de onde concretamente se quer chegar, que tipo de sociedade se quer construir. Longe de um programa sistemático, se apresentam apenas objetivos vagos e amplos como a *justiça social* e o *saneamento político*. Longe de definir quais são os objetivos do movimento, acaba-se por retornar aos meios, ao afirmar que um dos objetivos é *consolidar el instrumento revolucionario de la nación cubana*. De forma vaga, o objetivo do movimento se torna consolidar o próprio movimento.

No Movimento 26 de Julho, diferentes matizes ideológicos eram defendidos por seus membros. Havia os que se autodenominavam comunistas, os que professavam uma espécie de nacionalismo democrático liberal e também aqueles que, partindo de um radicalismo anti-imperialista, acreditavam em um socialismo humanista, um socialismo de tipo cubano.

Os comunistas, como eram chamados pelos demais, estavam dentro do Movimento em franca minoria. Os mais famosos dentre eles eram Raúl e Che, duas figuras que tinham formas bastante distintas de compreensão do comunismo, mas que assumiam um lado bastante claro no interior da Guerra Fria. Che, em uma carta de 14 de dezembro de 1957, afirmava a René Ramos Latour: “Pertencço, devido à minha formação ideológica, àquele grupo que acredita que a solução para os problemas do mundo reside atrás da Cortina de Ferro” (FRANQUI, 1981, p. 233).

Os nacionalistas democráticos como Huber Matos, Felipe Pazos e Mario Llerena, acreditavam no restabelecimento da Constituição de 1940 e na continuidade da vida democrática capitalista de Cuba. Não queriam nenhuma revolução estrutural, mas o retorno à normalidade política do país.

Por outro lado, os radicais anti-imperialistas negavam tanto o domínio estadunidense quanto o domínio russo, como Carlos Franqui, Frank País, René Ramos Latour. Entre estes, permeavam posições que apontavam uma crítica tão feroz ao comunismo soviético quanto ao capitalismo, forjando, ainda que de forma vaga e ampla, uma noção de “socialismo democrático antissoviético”.

Um documento importante sobre uma perspectiva anticapitalista, entre estes dirigentes urbanos do Movimento 26 de Julho, foi um manifesto escrito em Julho de 1956 por Carlos Franqui, Armando Hart, Enrique Oltuski e Frank País, todos eles membros da direção nacional do Movimento. Este documento não se tornou público, nem mesmo se tornou um documento oficial do movimento, porque Fidel discordou de sua publicação. Carlos Franqui, em seu volumoso livro de documentos da luta insurrecional intitulado: *Diario de la Revolución Cubana*, o publicou. Em suas conclusões Franqui afirmava:

1. We believe work is the only source of wealth.
2. We are against the division of society into classes, because it is one-sided and unjust; forcing the majority to work for the few is the source of all social conflict.
3. We want the Cuban society of the future to provide everyone with a job and the income his ability and effort deserve. A society in which no individual or group can steal the product of another's efforts and this is possible only in a society without classes or privileges.
4. The Revolution can exist only if it protects the immense majority from the few who would exploit it.
5. Everyone who takes the revolutionary road must follow progressive aims. The middle class, which led our country in 1868, began by setting the slaves free and taking them into the *mambí* army, We have seen how social progress advanced in 1895 and 1930 (FRANQUI, 1980, p. 108).

Em uma carta de Janeiro de 1957 a Frank País, chefe da direção nacional do Movimento 26 de Julho, Carlos Franqui afirmava que neste documento a influência dos decretos de Lênin eram evidentes, porém, “we had adapted them to the Cuban situation” (idem, p. 135).

Essa adaptação à situação cubana tem um significado bastante profundo. Grande parte

dos rebeldes cubanos, como os membros da Direção Nacional do Movimento, possuía noções anticapitalistas e tinha sido, de uma forma ou de outra, influenciado pela leitura marxista. Entretanto, a maior parte deles era profundamente contra a via russa do socialismo.

Em uma carta de René Ramos Latour a Che Guevara em 18 de dezembro de 1957, o combatente das cidades afirmava, em nome de toda a direção nacional do Movimento 26 de Julho, “(...) as pessoas com o seu tipo de formação ideológica acham que a resposta para os nossos problemas é nos libertarmos da maligna dominação ianqui por meio de uma não menos maligna dominação soviética” (FRANQUI, 1981, p. 236).

Outra carta, de Carlos Franqui a Frank País, remete à noção vaga de um “novo socialismo” que fosse “realmente livre e humano” (idem, p. 135).

Além destas três vertentes principais, dentro do Movimento de 26 de Julho, havia também alguns anarquistas, como Gilberto Lima y Luis Linsuaín, e alguns trotskistas, como Gustavo Fraga, Pablo Díaz e Roberto Acosta Hechavarria.

Essa pluralidade interna do M26J dificultou o consenso em torno de critérios ideológicos. Muitas divergências que durante a luta se tornavam claras foram, entretanto, deixadas de lado. A carta de Carlos Franqui a Frank País mostra que suas noções de “novo socialismo” não era função de um Movimento como o 26 de Julho, que era amplo e diversificado demais para se fechar critérios ideológicos. “I know that wiping out capitalism and establishing a new socialism that is really free and human is not really the job of a group like the 26th of July Movement. It is a large and diversified and has almost become a national movement” (FRANQUI, 1980, p. 135).

A diversidade ideológica, deste modo, embora tenha aparecido em algumas trocas de cartas mais acirradas, não ocupou o primeiro plano durante a luta insurrecional. O que prevalecia era um desprezo às questões teóricas e ideológicas e uma supervalorização da ação. Um relato de Che Guevara sobre uma discussão que ele teve, no México, com um membro do movimento de Fidel, em 1955, expressa bem esta postura:

Recuerdo que en una discusión íntima, en una casa en México, exponía la necesidad de ofrecer al pueblo de Cuba un programa revolucionario; y uno de los asaltantes del Moncada -que afortunadamente se separó del 26 de Julio- me contestó con unas frases que siempre recuerdo, diciéndome: «La cosa es muy sencilla. Nosotros lo que tenemos que hacer es dar un golpe. Batista dio un golpe y tomó el poder en un día, hay que dar otro para sacarlo de él (GUEVARA, on-line, 2002).

Essa ausência de uma definição ideológica profunda do M-26J tinha a ver como o próprio modo como o movimento havia sido formado. A figura do revolucionário ressurgiu em Cuba em função do golpe militar de Fulgêncio Batista. Longe, portanto, do revolucionário profissional, que entra na vida revolucionária por uma concordância com o programa de um partido revolucionário, o jovem cubano se torna revolucionário como resposta a um

acontecimento político.

Os grupos insurrecionais surgem como uma forma de reação armada contra a tirania estabelecida em 10 de março de 1952. São grupos de ação, voltados para a insurreição e não grupos políticos voltados para o desenvolvimento de uma plataforma ideológica.

Essa essência militar impôs um modo de recrutamento totalmente alheio aos critérios ideológicos e estava voltado para a concordância e o desejo de pegar em armas para a luta contra a tirania. Na carta do Movimento 26 de Julho em 1955, ficava a evidenciada esta amplitude do que se estava gestando:

O Movimento 26 de Julho é o convite caloroso para cerrar fileiras, feito de braços abertos, a todos os revolucionários de Cuba, sem mesquinhas diferenças partidárias e quaisquer que tenham sido as diferenças anteriores (HARNECKER, 2000, p. 38).

Assim, o que se forma não é um partido político, que tradicionalmente apresenta um programa ideológico coeso, sistemático e único. Tampouco se forma um movimento de massas ou um movimento social, que está voltado para as lutas econômicas e sociais. O que se forma são grupos insurrecionais que aglutinam jovens dos mais variados matizes e concepções ideológicas com um objetivo político reduzido, a derrubada do tirano.

Mas, para além do modo como o movimento foi formado, a ausência de uma definição ideológica profunda também estava ligada ao perfil bastante jovem dos seus militantes e do próprio movimento.

A maioria dos revolucionários cubanos eram estudantes, recém-formados, trabalhadores ou pequenos comerciantes que, por sua própria juventude ou por sua própria condição, foram incapazes de desenvolverem uma concepção revolucionária mais profunda. Juan Almeida era peão de obra, José Ponce era dono de uma pequena gráfica, Universo Sánchez era camponês, Vilma Spin era engenheira recém-formada, Fidel Castro era advogado, Efigênio Amejeiras era chofer (FRANQUI, 1980). Com poucas exceções, como a do filósofo Rafael García Bárcena, não haviam intelectuais envolvidos na direção dos novos grupos insurrecionais cubanos (LLERENA, 1980).

Eles poderiam ter, entretanto, produzido uma concepção ideológica. Mas, o pouco tempo de fundação do movimento e a falta de experiência política da maior parte dos revolucionários também pesavam na incapacidade de produção teórica. Poucos foram os rebeldes que tinham participado de outras organizações revolucionárias. Grande parte deles era dotada de grande interesse por leituras diversas, mas estava apenas se iniciando na leitura teórica e no mundo político. Juan Almeida, em uma entrevista após a tomada do poder, ao ser questionado quando ingressou nas linhas da Revolução, respondeu: “¿Qué cómo yo empiezo en las líneas de la Revolución...? No, de la insurrección, yo de revolución no conocía un

bledo” (FRANQUI, s/d, p. 09). Mas, mal havia ouvido falar do golpe de Batista, e Almeida já estava na Universidade esperando as armas chegarem.

A maior parte dos rebeldes se iniciara na luta insurrecional como Renato Guitart, aberto a diferentes influências progressistas e com uma concepção ideológica ainda por se fazer.

(Renato) estuvo abierto al universo de ideas progresistas y revolucionarias contenidas tanto en una obra política como en una simple novela. La lectura fue una extensión de la vida, pero también de la ficción a la realidad el límite debió ser apenas perceptible; bastáble ajustar los patrones culturales asumidos de la lectura a la intensa actividad desplegada en todos los órdenes (GUITART IBARRA, 1998, p. 45).

Havia assim, sem dúvida alguma, uma falta de preparo político da maior parte dos jovens rebeldes. Em uma carta a Ernesto Sábato, em 1961, Che assumiu o despreparo político dos militantes revolucionários: “Nós que acompanhávamos Fidel, éramos um grupo de homens com pouco preparo político, contando somente com a boa vontade e nossa honestidade inata” (GUEVARA, 1980, p. 61).

A própria condição de repressão imposta pela ditadura de Batista e o tipo de organização clandestina dificultava o trabalho de elaboração teórica e ideológica. O rebelde clandestino Enrique Oltuski, por exemplo, afirmava que nas cidades o próprio estilo de luta, marcado pela dispersão e pelo perigo, travava o desenvolvimento ideológico dos combatentes urbanos. “There was also a style of struggle in which distrust, dispersion, and constant danger hampered the discussion and development of progressive ideas” (OLTUSKI, 2002, p. XX).

Deste modo, um Movimento como o M26J, como um instrumento armado, com centralidade para ação no nível militar, estando, portanto, completamente absorvido pela ação, e tendo em seu seio pessoas de distintas posições ideológicas, não era um organismo propício para a produção de um programa político-ideológico coeso e profundo.

Ele não podia como Movimento se tornar um partido ou uma organização revolucionária sem expulsar a maior parte dos seus membros, e, deste modo, enfraquecer a sua força militar. Além do mais, ele precisaria encontrar o tempo que não possuía para se dedicar à formulação ideológica, coisa que os seus militantes não podiam fazer estando completamente absorvidos pela ação clandestina nas cidades ou pela ação guerrilha na *Sierra*.

Deste modo, a principal vanguarda da Revolução Cubana se via limitada em termos ideológicos. A diversidade do movimento implicava em uma redução do programa político-ideológico a atitudes nacionalistas, democráticas e reformistas. O questionamento revolucionário da propriedade privada ou mesmo uma crítica profunda ao Estado jamais poderiam ser feitos sem que o movimento se visse completamente dividido.

Ao final, todas as escassas formulações posteriores do M26J não foram capazes de superar o programa reformista elaborado por Fidel durante a defesa do julgamento do ataque ao Quartel de Moncada, documento que ficou conhecido posteriormente como “A História me Absolverá” e que foi tido durante quase toda a luta revolucionária como a plataforma política do Movimento 26 de Julho. Nele, Fidel fazia uma defesa da Constituição de 1940: “A primeira lei revolucionária restituía a soberania ao povo e proclamava a Constituição de 1940 como a verdadeira lei suprema do Estado, até que o povo decidisse modificá-la ou substituí-la” (CASTRO, 2001, p. 36).

A restauração da democracia e da Constituição de 1940 era, deste modo, o primeiro objetivo do grupo insurrecional cubano. Essa defesa da democracia convivia também efetivamente com o desejo de Reformas sociais. Por exemplo, Fidel afirmava o objetivo político e social de repartir o trabalho honrado e o dinheiro igualitário, de fundar uma justiça social baseada no desenvolvimento industrial e econômico de Cuba, de possibilitar a participação dos operários nos lucros das empresas, de distribuição de terra e participação dos colonos nos lucros da cana de açúcar (idem, 2001).

Em nenhum momento, o M-26J chegou a levantar a bandeira da expropriação dos padrões ou do controle dos meios de produção pelos trabalhadores. O que propunha era a manutenção da propriedade privada, porém, com maior participação dos trabalhadores nos lucros e com uma série de direitos sociais até então não efetivados.

É neste sentido que Che, por exemplo, via o movimento revolucionário como um movimento da burguesia nacional para se libertar dos grilhões do imperialismo. Em carta ao guerrilheiro René Ramos Latour, codinome Daniel, durante a luta insurrecional, Che afirma que Fidel era um autêntico líder burguês de esquerda.

(...) entendo este movimento como um dos muitos provocados pelo desejo da burguesia de se libertar dos grilhões econômicos do imperialismo. Sempre pensarei Fidel como um autêntico líder burguês de esquerda, embora sua figura seja glorificada pelas qualidades pessoais de brilhantismo extraordinário que o colocam bem distante de sua classe. Iniciei a luta naquele espírito: honradamente sem esperança de ir além da libertação da nação, com a intenção de ir quando a situação pós-revolta voltasse para a direita (em direção ao que você e seus associados representam (FRANQUI, 1981, p. 233).

O caráter de classe dos membros do M-26J contribuía, sem dúvida alguma, para a limitação ideológica do movimento. Tanto que, na *Sierra*, a convivência com os camponeses impulsionou a necessidade de bandeiras sociais que atendessem à classe rural extremamente pobre (GUEVARA, 2002). Nas cidades, embora o movimento jamais alcançasse grande força no movimento dos trabalhadores, ele contava também com estudantes e jovens trabalhadores que também eram mais sensíveis a um programa revolucionário radical. Prevaleceu, porém, como programa coletivo, um programa ideologicamente rebaixado, no máximo reformista e

pouco capaz de traçar os contornos de uma nova sociedade.

As vantagens deste não aprofundamento ideológico foram várias para a luta insurrecional. Em primeiro lugar, ele possibilitava ao M-26J aglutinar militantes de diferentes ideologias, tornando-se rapidamente um grande movimento nacional. Se tivesse um critério ideológico revolucionário definido, ele dificilmente conseguiria aglutinar tantos militantes quanto conseguira. Evidentemente, poderia ter se aproximado mais dos trabalhadores caso tivessem um programa social radical que atendesse aos seus interesses imediatos.

Ao mesmo tempo, foi justamente esse programa reformista, nacionalista e democrático, que possibilitou o apoio da burguesia nacional à Revolução e não despertou a reação imediata dos EUA. O M-26J teve efetivamente um enorme financiamento de membros da burguesia cubana já insatisfeitos com o governo de Batista e não sofreu retaliações dos EUA senão quando a Revolução se radicalizou.

A desvantagem, porém, era que essa diversidade, se não fosse um grande problema durante a luta revolucionária, seria um verdadeiro obstáculo tão logo Batista fugisse e os rebeldes assumissem o poder.

A tomada do poder e o perfil ideológico do M26J

O que podia e deveria ser evitado durante a luta insurrecional não podia ser mais adiado após a tomada do poder. Agora, não se tratava de apresentar um programa político, mas de implementá-lo. A necessidade de tomar decisões e de definir quais rumos a revolução deveria seguir se chocava com um movimento que não possuía nenhum programa revolucionário claro e profundo para orientar o agir.

Desse modo, por mais eufórica que tenha sido a confiança da população cubana nos revolucionários do M-26J que pareciam agora assumir o poder, os rumos a serem tomados eram completamente incertos.

Alguns poderiam se excitar justamente com esta abertura para novas experiências e é certo que não foram poucas as inovações da Revolução Cubana surgidas justamente deste espírito ideologicamente não fechado e duro.

Entretanto, é também este vazio ideológico que pôde ser ocupado pelos velhos comunistas, que apesar de terem pouco respaldo popular, eram preparados politicamente e tinham tanto o apoio dos novos comunistas do M26J quanto um programa ideológico para a Revolução.

Fidel mesmo sempre justificava a ocupação de cargos importantes da Revolução pelos velhos comunistas utilizando o argumento de que eles eram os únicos que eram preparados

politicamente para a realização de uma Revolução (FRANQUI, 1981).

Com a tomada do poder, o fiel da balança era Fidel Castro. Era ele quem tinha o poder de definir os rumos da revolução. Ele poderia ter optado por manter a unidade dos membros do M26J e de todos os que lutaram na *Sierra* e nas cidades. Porém, se assim o fizesse, teria limitado as atitudes da Revolução ao retorno à vida democrática, e à realização de reformas sociais.

Fidel e o grupo de comunistas que passaram a formar o núcleo duro da revolução, entretanto, longe de tentarem manter a unidade do M26J, longe de tentarem se respaldar nos membros deste movimento como um todo, buscaram a força para a radicalização da revolução em dois elementos. O controle que eles passaram a exercer sobre a força física, o Exército e as polícias, e a euforia e a disposição da massa da população cubana, rural e urbana, em apoiar as medidas mais radicais do governo revolucionário.

Os trabalhadores cubanos efetivamente forneceram seu apoio à Revolução. Eles comemoraram as nacionalizações, apoiaram a reforma agrária, e demonstraram pelas Milícias estarem dispostos a defenderem a revolução. É nesta força popular, bem como na força física do aparato estatal, que Fidel e seu grupo ancoraram a radicalização da revolução.

Essa radicalização rumo à expropriação não só da burguesia imperialista, mas da burguesia nacional, rompia de vez o policlassismo característico da luta insurrecional e que era dominante ainda nos primeiros anos da Revolução. Isso empurraria, evidentemente, os quadros liberais do M-26J para a reação contra as medidas do governo revolucionário.

Porém, a luta interna a ser travada, depois da tomada do poder, entre os antigos membros do M-26J, estava longe de ser uma luta entre a ala burguesa e a ala socialista do antigo movimento insurrecional. Tratava-se, também, de uma luta entre os comunistas defensores de uma aproximação com o Bloco Soviético, da centralização dos meios de produção nas mãos do Estado, forjando um regime duro, e os radicais anti-imperialistas, defensores da formulação de um socialismo de tipo cubano, democrático, com pluralidade de ideias e com participação direta dos trabalhadores.

Como disse Franqui (1981, p. 63), esse grupo, do qual ele mesmo fazia parte, “era a favor de uma revolução radical de natureza anti-imperialista, anticapitalista, socialista.”. Ainda em suas palavras: “Rejeitamos o modelo russo e o deplorável Partido Comunista de Cuba, que era seu Cavalo de Tróia, e recusamos o militarismo de Estado policial de Raúl e Ramiro. A luta real não seria entre o capitalismo neocolonial e o socialismo, mas entre o socialismo russo e o cubano.”

Os socialistas humanistas defenderam e ajudaram a construir todas as expropriações, os fuzilamentos, a reforma agrária. Defenderam a radicalização da revolução rumo a uma sociedade dos trabalhadores, porém, se colocaram contrários à submissão ao imperialismo

soviético e ao processo de burocratização da revolução expresso, sobretudo, na estatização da propriedade. Franqui (1981, p. 85) expressou, como ninguém, a oposição que faziam entre a estatização da propriedade e a sua socialização.

A estatização da indústria açucareira foi um golpe mortal para a propriedade privada. Houve quem dissesse que estatizar não significava necessariamente socializar. Se estudarmos a Revolução Russa e a aplicação do seu modelo em outros países, vemos que a estatização nada faz além de criar e apoiar um gigantesco, improdutivo e repressor superestado burocrático, um partido que é o Estado, que é o pai, que é o dono. Seria possível outra forma de Estado? Seria nossa pequena ilha, dependente como era dos Estados Unidos, capaz de se tornar autossuficiente e independente? O grupo soviético disse que não, que nossa única esperança era a União Soviética. Meu grupo disse que sim, que podíamos contar com o povo, que havia feito uma revolução nova, autônoma.

Esse “contar com o povo” significava uma aposta no processo de autogestão das fábricas e das terras pelos próprios trabalhadores. Significava uma crença no poder organizativo do próprio trabalhador. Na opinião de Carlos Franqui, a própria euforia popular criada pela revolução poderia ser usada como impulso para a criação deste processo de gestão direta da economia pela classe trabalhadora.

(...) tínhamos a possibilidade de estabelecer nosso próprio socialismo cubano, porque a classe operária, os camponeses, a juventude da nação e uma boa parte da classe média estavam conosco. O país estava agindo por conta própria porque havia recuperado sua riqueza, sua dignidade, e estava livre e independente. Este era o momento para se confiar no povo e criar novos modos de viver. Socializar nossas grandes indústrias teria sido fácil. Os operários da indústria açucareira já eram politizados, e teria sido relativamente simples mostrar-lhes que podiam trabalhar tão duramente para seus próprios interesses quanto haviam trabalhado para os patrões. O mesmo se aplicava à indústria pecuária, que já estava, na verdade, alimentando a nação com carne e leite a preços baixos. Outras indústrias, como a de tabaco, também entrariam na linha. Poderíamos estimular a indústria pesqueira e parar de importar óleo de cozinha - um absurdo, num país produtor de amendoim, milho e girassóis. Poderíamos recorrer ao povo, à sua longa experiência com a terra. E a própria reforma da terra não seria um problema, pois apenas uma pequena minoria dos camponeses possuía propriedades, e isto porque a revolução deu terra à maioria deles. Tínhamos um sistema de transporte bom, portanto distribuição não era problema. Até as classes profissionais - incluindo dez mil médicos - apoiaram a revolução. A burguesia contrarrevolucionária já estava nos Estados Unidos: boa viagem para eles. Não havia uma verdadeira oposição à revolução em toda a Cuba (No exterior, naturalmente, existia oposição, mas era incapaz de derrubar a revolução sem a ajuda americana) (FRANQUI, 1981, p. 87).

Mas, aqui encontra-se justamente um outro problema enfrentado pelo tipo de organização que impulsionara a luta insurrecional. O M-26J, apesar de algumas vezes, sob o impulso dos socialistas humanistas, ter se proposto a criar um movimento social de massas, não foi capaz de fazê-lo. Seu papel foi antes o de incorporar os trabalhadores urbanos e rurais em sua própria organização. A participação mais massiva dos camponeses na luta insurrecional, por exemplo, não implicou na criação de um movimento camponês autônomo, mas na sua incorporação no Exército Rebelde sob o mando do Comandante-em-Chefe desta

organização, Fidel Castro. Alguns trabalhadores da cidade se incorporaram à rede clandestina do Movimento 26 de Julho. Porém, isso não gerou um movimento sindical revolucionário, com organismos dos próprios trabalhadores voltados para a luta econômica e social.

Quando Batista foge, os trabalhadores urbanos e rurais, assim como a grande massa da população cubana, apoiam a Revolução e tendem a aplaudir a maior parte das medidas populares do governo revolucionário. Mas, estes trabalhadores não estão auto-organizados, não possuem seus próprios organismos de luta capazes de fornecer uma direção não burocrática para a revolução.

Se essa direção poderia ser criada, segundo Franqui e outros socialistas humanistas, ela viria de uma decisão de cima para baixo, de uma decisão do governo revolucionário em não estatizar, mas socializar a propriedade. Isso não poderia ocorrer, em parte pela própria lógica de formação de uma nova classe burocrática no poder, que após dominar a força física, os cargos do governo, avançava para se tornar também uma elite econômica com controle sobre os meios de produção. Mas, também e, sobretudo, pela concepção autoritária dos que efetivamente dominavam agora o poder em Cuba.

Os socialistas humanistas, assim como os liberais, estavam, efetivamente, condenados à prisão ou ao exílio. Eles não tinham suas próprias organizações, pelas quais poderiam produzir alguma resistência. Ao contrário, eram membros do M26J, que, após a tomada do poder, perdera completamente o seu sentido de ser. Alguns deles, como David Salvador, tentaram apostar no movimento sindical. Outros, como Carlos Franqui, se refugiaram no jornal *Revolución* para tentar construir a resistência a partir da questão cultural ou da comunicação. Entretanto, não demorou muito para aqueles que detinham o poder real (o controle sobre a força física, sobre os cargos de mando do governo e o poder simbólico capaz de mobilizar a população) exercer, a partir de várias medidas autoritárias, o controle completo sobre os sindicatos (o que significou não só a destruição de uma ala forte do M-26J, mas também a destruição dos anarquistas e dos trotskistas) e sobre a imprensa. Os socialistas humanistas, assim como os liberais, foram banidos da história de Cuba. Não poucos pagaram com a própria vida.

Bibliografia

CASTRO RUZ, Fidel. *A História me Absolverá*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FRANQUI, Carlos. *Diary of the Cuban Revolution*. Ed. Vikin Press: New York, 1980.

_____. *Retrato de Família com Fidel*. Ed. Record: RJ, 1981.

_____. *Relatos: revolución Cubana*. Montevideo: Editorial Sandino, s/d.

GUEVARA, Che. *Proyecciones sociales del Ejército Rebelde*. 27 de enero de 1959. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/guevara/59-proye.htm>. Acesso em: 07 de maio de 2002.

_____. *Cartas*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

HARNECKER, Marta. Fidel. *A Estratégia Política da Vitória*. Ed. Expressão Popular: SP, 2000.

HART DÁVALOS, Armando. *En la clandestinidad revolucionaria cubana: 1952-1958*. Relato de um Protagonista. Armando Hart. Sydney: Pathfinder, 2007.

IBARRA GUITART, Jorge R. *Todo Valor*. La Habana: Ediciones Verde Olivo, 1998.

LLERENA, Mario. *The Unsuspected Revolution. The Birth and Rise of Castroism*. Ed. Cornell University Press: London, 1978.

MATHEWS, Herbert L. *The Cuban Story*. Nueva York: George Braziller, 1961.

OKUNIEVA, M. *La Classe Obrera en la Revolución Cubana*. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

OLTUSKI, Enrique. *Vida Clandestina: my life in the Cuban Revolution*. New York: John Wiley and Sons, 2002.